

# O NEOLIBERALISMO E SUA DISSEMINAÇÃO NO BRASIL

RUTHE SANTOS FREITAS<sup>1</sup>

## Resumo

O neoliberalismo ganhou espaço a partir da década de 1970, substituindo o modelo keynesiano logo após o enfraquecimento das suas políticas com o fim do acordo de Bretton Woods, sob as mais variadas formas, o neoliberalismo disseminou seus postulados para novos territórios, duas dessas formas foram o Consenso de Washington e a globalização. No início dos anos de 1990 essa cartilha liberal passou a ser aplicada no Brasil, o Governo Collor significou o início de uma ruptura que marcou definitivamente a trajetória brasileira com abertura comercial e privatizações, o Governo FHC deu continuidade as políticas aplicadas com maior ênfase a abertura financeira o que tornou o país dependente de capital externo, a aplicabilidade dessas políticas se mostrou eficiente no combate a inflação, mas em contrapartida gerou aumento no desemprego a *pari passu* com aumento das desigualdades sociais.

**Palavras-chave:** Neoliberalismo. Brasil. Economia Internacional.

## 1. Introdução

O Neoliberalismo pode ser definido como fenômeno divergente ao conceito do liberalismo clássico do século XVIII, pois o mesmo surge após a II Guerra Mundial na Europa e América do Norte onde havia certa hegemonia capitalista. O Neoliberalismo nasceu como uma reação teórica, política e ideológica contra qualquer limitação de mercado pelo Estado (não somente econômica), seu propósito era combater o keynesianismo e sua regulação social preparando as bases para um novo tipo de capitalismo.

A polêmica em torno da regulação social repercutiu através de Hayek<sup>2</sup> e seus aliados em seus discursos de que o Estado de bem-estar diminuía a liberdade das

---

<sup>1</sup>Graduanda em Ciências Econômicas pela UESB - Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. E-mail: [freitassruth@gmail.com](mailto:freitassruth@gmail.com)

peças e da concorrência da qual dependia a prosperidade de todos, consideravam que a desigualdade era algo saudável, pois dinamizava as economias avançadas, em outras palavras, a intervenção do estado e a redistribuição social deformava a acumulação do livre mercado. Em aplicação se daria como uma disciplina orçamentaria para contenção de gastos com o bem-estar e a restauração da taxa natural de desemprego, ou seja, a formação de um exército de reserva de trabalho.

O neoliberalismo ganhou espaço a partir da década de 1970, substituindo o modelo keynesiano logo após o enfraquecimento das suas políticas com o fim do acordo de Bretton Woods<sup>3</sup>. Isso ocorreu em razão da degradação das finanças norte-americanas, fortalecendo os princípios capitalistas dando prioridade para estabilização monetária, ênfase a não interferência do Estado na economia e que ela deve ser baseada no livre mercado.

Sob as mais variadas formas, o neoliberalismo disseminou seus postulados para novos territórios, duas dessas formas serão apresentadas nesse texto apontando suas relações com o neoliberalismo; o Consenso de Washington, que por meio de agências internacionais e do governo norte-americano que acabaria por tentar fomentar seus postulados nos países latino-americanos; e a globalização que é o processo econômico e social que se estabeleceu entre países e pessoas do mundo inteiro.

Tendo isso em consideração, este trabalho se propõe a analisar as políticas neoliberais, fazendo relação com a globalização na década de 1990 (início da inserção brasileira a ideologia neoliberal). O presente artigo está estruturado, além dessa introdução, em mais 4 sessões, a segunda trata sobre a disseminação do neoliberalismo na Europa Ocidental e Oriental, a terceira sobre a tentativa de disseminação nos países latino-americanos através do consenso de Washington; a quarta relata a importância da globalização neste processo; quinta, sobre as políticas neoliberais no Brasil; e por fim as considerações finais, seguido das referências.

---

<sup>2</sup> Friedrich Hayek foi um economista e filósofo austríaco considerado um dos maiores representantes da Escola Austríaca de pensamento econômico. Foi defensor do liberalismo clássico e procurou sistematizar o pensamento liberal clássico para o século XX época em que viveu.

<sup>3</sup> Bretton Woods foi o acordo firmado entre os 45 países aliados que guiariam a economia mundial após o fim da Segunda Grande Guerra em 1944.

## 2. PRIMEIROS PASSOS DO NEOLIBERALISMO

No fim da década de 1970 o neoliberalismo político ganha a sua “oportunidade de ouro” elegendo governos empenhados em executar suas premissas, sendo eles: Inglaterra (1979), Estados Unidos (1980), Alemanha (1982), Dinamarca (1983). Com efeito, quase todos os países da Europa estavam baseados em políticas neoliberais não apenas por conta da crise econômica dos anos 1970, mas também pelo ideário anticomunista mais forte de todas as correntes capitalistas existente do pós-guerra. O combate ao comunismo consolidou o neoliberalismo como política e fortaleceu a nova direita da América do Norte e da Europa (ANDERSON, 2003).

Na perspectiva de Ianni (1998) o neoliberalismo atinge as atividades econômicas desde a sua produção, distribuição, troca e consumo. Sua base é formada a partir do momento que se reconhece a liberdade das atividades econômicas como fundamento e funcionamento de todas as formas de sociabilidade que engloba desde instituições sociais, corporações e empresas. Sob estas perspectivas neoliberais se dá um novo modelo de Estado, tanto para os países de organização capitalista como os de esquerda que viraram à direita. Em consonância com Ianni (1998), Anderson (2013, p.14) acrescenta que:

No início, somente governos explicitamente de direita radical se atreveram a pôr em prática políticas neoliberais; depois, qualquer governo, inclusive os que se autoproclamavam e se acreditavam de esquerda, podia rivalizar com eles no zelo neoliberal. O neoliberalismo havia começado tomando a social-democracia como sua inimiga central, em países de capitalismo avançado, provocando uma hostilidade recíproca por parte da social-democracia. Depois, os governos social-democratas se mostraram os mais resolutos em aplicar políticas neoliberais.

Sobre a avaliação da hegemonia neoliberal no mundo capitalista avançado (referente aos anos 1980), o seu imediatismo era deter os problemas decorrente da crise dos anos 1970 (inflação), nesse aspecto o êxito foi inegável, a taxa de inflação dos países reduziu consideravelmente, “[..] No conjunto dos países da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico), a taxa de inflação caiu de 8,8% para 5,2% entre os anos 70 e 80 e a tendência de queda continua nos anos 90” (ANDERSON, 2003, p.15).

Todas essas medidas eram meios de manter a vivência do capitalismo avançado mundial, com altas taxas de crescimento contínuo como nas décadas de 1950

e 1960, nesse ponto as políticas neoliberais deixaram a desejar, pois nos anos 1980 não houve mudanças no crescimento dos países da OCDE, conforme pode ser observado na tabela abaixo:

**Tabela 1**

**Crescimento da produtividade global: PIB por pessoa empregada**

	A	B	B/A
	1961-70	1981-90	
Alemanha Ocidental	4,3	1,9	0,45
França	5,0	2,0	0,4
Itália	6,2	1,9	0,31
Reino Unido	3,3	2,0	0,6
Estados Unidos	1,9	1,1	0,58
Japão	9,1	3,0	0,33

Fonte: Elaboração própria, baseado em *European Economy. Annual Economic Report*.

Isso se deu porque mesmo criando novas formas em favor do capital a desregulamentação financeira favoreceu condições para o capital especulativo ao invés do produtivo. O insucesso do neoliberalismo foi inevitável, falhou em um dos principais pontos que tentou conter que foi o estado de bem-estar, mesmo com todas as políticas para conter os gastos sociais, o Estado foi obrigado a gastar com pensões de aposentadorias e desemprego que cresceu drasticamente.

Em 1991, o capitalismo avançado entrou em recessão em contrapartida os países ocidentais estavam com enormes dívidas públicas, inclusive os países que iniciaram governos neoliberais (Estados Unidos e Inglaterra). O endividamento das famílias e empresas era superior aos da época da II Guerra Mundial, com isso os índices econômicos eram muito baixos nos países da OCDE. Mesmo com essa condição de crise o neoliberalismo ganhou novamente fortalecimento político elegendo governos de direita na Europa, demonstrando que seu dinamismo ainda estava vivo com uma nova onda de privatizações. (ANDERSON, 2003).

Assim, inicia-se o processo de desregulamentação pelo Estado das atividades econômicas, como a privatização de estatais e organizações governamentais (referentes a transportes, educação, saúde, habitação e a previdência). Trata-se do “Estado mínimo” que apenas determina e fiscaliza as regras, sem direito a intervenção nas políticas econômicas. O cenário político continuava sendo ditado pelas premissas

neoliberais mesmo quando o momento econômico não era favorável. Uma das razões para isso foi a vitória neoliberal sobre o comunismo da Europa Oriental e a queda da União Soviética (1989-91), justamente no momento em que as políticas neoliberais tornavam-se evidentes no Ocidente.

A vitória a guerra fria com o declínio do socialismo real não colocou apenas o capitalismo em evidência, mas também os novos maestros das economias pós-comunistas do Leste, lideranças políticas, seguidores fieis de Hayek, que tinham menosprezo pelo keynesianismo e pelo Estado de bem-estar, ou qualquer outra política baseada no capitalismo ocidental do pós-guerra. Essas lideranças efetivaram as mesmas políticas feitas no ocidente de maneira bem mais rápida e ampla, gerando maior desigualdade com ênfase no empobrecimento da maior parte da população. (ANDERSON, 2003)

O ideário neoliberal implementado a partir dos anos 80, estava disfarçado por um discurso anticomunista e de estabilidade econômica pós-crise, o que possibilitou seu fortalecimento como política, mas acabou mostrando não ser tão eficiente para os problemas enfrentados no período. Os aumentos constantes de desemprego, baixo crescimento econômico e o endividamento dos países elevou fortemente a desigualdade social já existente, o que permite analisar que o estado de bem-estar social é fundamental para a redução das disparidades sociais. Contudo a sua prática continuou sendo executada principalmente pelo fim da URSS que fomentou as bases do neoliberalismo como ideologia e assim o capitalismo mais uma vez encontrou uma forma de se consolidar. Uma destas formas foi através do consenso de Washington que dava aplicabilidade as políticas neoliberais nos países latinos.

### **3. O NEOLIBERALISMO NOS PAÍSES LATINO-AMERICANOS E O CONSENSO DE WASHINGTON**

O Consenso de Washington engloba uma série de medidas que foram explicitadas em 1989 no *International Institute for Economy* (na capital dos Estados Unidos) a fim de proceder com reformas econômicas nos países da região. O processo se inicia com a “espontânea ideia” de que as classes dirigentes dos países latinos achassem que a crise econômica na qual enfrentavam era causada pelo uso equivocado de políticas internas e não pelo fatídico contexto externo (preços do petróleo, taxas de juros internacionais); a saída seria o uso de políticas neoliberais mostradas como

argumento para modernização contra a estagnação das economias. (BATISTA JR, 1994).

O Consenso tinha como premissa o enfraquecimento do Estado nas intervenções econômicas, afirmando que não havia mais condições de um atributo tão essencial a soberania (de fazer política fiscal e monetária) fosse exclusivamente do Estado. Outro ponto foi colocar em dúvida a competência do Estado na administração de recursos naturais, a exemplo do Brasil onde passou a ser considerado que a Amazônia não era apenas do país e sim um “patrimônio da humanidade”, e deveria ser governado em gestões participativas de organizações dos países desenvolvidos.

No que diz respeito a inflação, considerado o maior mal a se combater, mesmo que para isso o desenvolvimento, salário e emprego fosse o custo, consideravam o abandono à autonomia nacional. Aceitar uma vinculação da moeda nacional ao dólar, até mesmo na substituição de uma moeda pela outra, ou seja, a moeda norte-americana tomaria o lugar da moeda nacional.

Assim, já não se guarda mais nem sequer a retórica da independência, como se esta se houvesse transformado em incômodo obstáculo à estabilidade monetária, valor absoluto e requisito essencial da modernidade. Passa-se, no caso brasileiro, pelo exame, sem constrangimento, de fórmulas indiretas ou disfarçadas de vinculação do novo padrão monetário brasileiro à moeda norte-americana. (BATISTA JR, 1994, p. 9).

Os países latinos passariam a uma relação de dependência aos Estados Unidos, sem realmente constatar a insuficiência do Estado na promoção do desenvolvimento, pois já não se discutia a tese de falência do Estado, já se aceitava as medidas de modernização neoliberal como eficaz; a mercadologia das ideias neoliberais permitia assimilar como natural esse processo, dialogava que as reformas efetivas na América Latina se deviam apenas a iniciativa dos novos líderes que optaram por conta própria implementar esse modelo de políticas visando o interesse de seus países.

O declínio do comunismo e o fim da União Soviética adicionados a adesão de países de formação socialista que viraram à direita (em relação as políticas econômicas) como Espanha e França, foram os contribuintes para a disseminação das medidas do Consenso de Washington e desprestigiar o modelo elaborado pela Cepal (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe) que previa desenvolvimento à América Latina com participação ativa do Estado como regulador e financiamentos com capital privado nacional e estrangeiro. (BATISTA JR, 1994).

Para garantir aprovação dessas medidas em cada país, contava-se com apoio de economistas e cientistas políticos com visão neoliberal, além de fundações estrangeiras e organismos internacionais ativos no financiamento acadêmico que acabariam por influenciar as universidades latinas junto com Estado que estavam cheios de dificuldades financeiras. Mas o fator decisivo seria o setor empresarial de cada país, pois esperavam obter vantagens com a flexibilização das leis trabalhistas.

Essas propostas foram bem contraditórias, pois demonstraram imprecisão para os problemas enfrentados pelos países da América Latina considerando as diferentes realidades, o consenso de Washington teve resultados negativos como o aumento do desemprego e das taxas de juros. Mesmo com todo esforço da mídia em mostrar apenas os pontos positivos do liberalismo, não foram suficientes para minimizar os problemas causados pelas políticas baseadas no Consenso.

Três décadas após o encontro em Washington, os países da América Latina ainda não conseguiram enxergar essa melhoria prevista pelo modelo. O Brasil é um exemplo de que as medidas adotadas não surtiram o efeito desejado; podendo observar a elevação das taxas de desemprego e as desigualdades entre os países desenvolvidos e subdesenvolvidos que persiste até os dias atuais.

**Tabela 2**

**Desemprego nos países do G7- 1964/73 E 1983/92**

	A	B	B/A
	1964-73	1983-92	
Alemanha Ocidental	0,79	6,03	7,63
França	2,23	9,7	4,35
Itália	5,48	10,13	1,85
Reino Unido	2,94	9,79	3,33
Estados Unidos	4,46	6,69	1,5
Canadá	4,23	9,64	2,28
Japão	1,22	2,71	2,22

Nota: Taxas de desemprego anuais padronizadas com o percentual da força de trabalho com médias para cada período de 10 anos.

Fonte: Elaboração própria, baseado em OECD. *Main Economic Indicators*.

Os dados acima permitem verificar o aumento da taxa de desemprego nos países do G7, que aumentaram consideravelmente a partir do momento em que as políticas neoliberais foram utilizadas por seus respectivos governos. Comprovando que

apesar da eficiência no combate à inflação, no que tange as relações sociais as políticas neoliberais aumentam o desemprego e a *pari passu* as desigualdades sociais.

#### 4. GLOBALIZAÇÃO

O neoliberalismo adotado nos anos 80 pelos Estados Unidos foi também o fomentador da globalização econômica ou mundialização da cultura (como alguns autores preferem chamar), “[...] O que predomina, na época em que se dá a globalização, é a visão neoliberal do mundo. Em todos os países, as práticas e as ideias neoliberais estão presentes e ativas.” (IANNI, 1998, p.27-28).

Globalização é o processo econômico e social que se estabelece entre países e pessoas do mundo inteiro. Onde empresas, países e instituições realizam trocas financeiras, culturais e comerciais sem restrições ideológicas. Este fenômeno foi aprofundado após a Queda do Muro de Berlim, em 1989; pois a partir deste momento, deixou de existir a divisão que prevalecia no mundo entre países capitalistas e socialistas. Dessa maneira houve um aumento de fluxo de mercadorias e transações financeiras.

Segundo Chesnais (1995), a globalização é um novo regime mundial de acumulação, pois o seu funcionamento depende das prioridades do capital concentrado: capital da esfera produtiva e capital financeiro centralizado em sua forma líquida; para uma definição um pouco mais precisa seria a hipotética abertura das fronteiras com relação a trocas de bens e serviços junto a crescentes fluxos de capital internacional no curto prazo.

Diante do avanço das políticas neoliberais e do processo de globalização surgiram algumas associações entre países como o MERCOSUL<sup>4</sup> (Mercado Comum do Sul), que fomenta força nas relações comerciais. Segundo Octavio Ianni, essas associações seriam uma forma de autodefesa das economias nacionais:

Para outros, os processos de integração regional, tais como os da União Européia (UE), Tratado de Livre Comércio da América do Norte (Nafta), Mercado Comum Sul-Americano (Mercosul), Comunidade de Estados Independentes (CEI) e Cooperação Econômica Ásia-Pacífico (Apec), entre tantos regionalismos, seriam uma reação de autodefesa das economias nacionais, embora haja os que alegam que o regionalismo revela-se uma forma de atenuar o impacto do globalismo sobre o nacionalismo (1998, p. 27).

---

<sup>4</sup> É um bloco econômico sul-americano formado oficialmente pelo Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai.

As empresas que comercializam no mundo todo são os principais agentes da globalização econômica, estas empresas denominadas transnacionais, são aquelas que possuem matrizes em países desenvolvidos e atuam com filiais em países em desenvolvimento ou subdesenvolvidos, além de expandirem seus mercados ainda se beneficiam de mão-de-obra barata, e incentivos ofertados pelos governos como isenção de impostos, para manterem suas filiais nos países. Essas empresas também fomentam a concentração de riqueza, pois a maior parte de seus lucros são enviados ao país da sua filial.

Uma característica acentuada da globalização é a influência nos aspectos culturais de uma sociedade. Sob variadas formas o capital engloba nações e culturas, transnacionalizando hábitos entre países, quem passam a ser comuns, a exemplos de roupas, música, comidas e bebidas. No que se diz respeito a tecnologia, a área mais crescente é a de informática e eletrônicos, que acabam por favorecer a dinâmica de empresas e corporações, reproduzindo diversas redes de mercadorias, movimentos de capitais, ideias e pessoas. Nas palavras de Ianni (1998, p.28):

“Nesse sentido é que as atividades, os movimentos e as diferenciações da força de trabalho também se transnacionalizam, atravessando territórios e fronteiras, inauguram-se movimentos migratórios, em novas direções, principalmente de nações do ex- Terceiro Mundo para as do ex-Primeiro Mundo [...] Mesclam-se trabalhadores de todas as qualificações, etnias, culturas, línguas, religiões e outras características, como se a fábrica global se estivesse transformado em um vasto e intrincado caleidoscópio ou nova Babel.”

O neoliberalismo defende que o Estado deve ser apenas um regulador e não um incitador da economia, da mesma forma que aponta a necessidade da flexibilização das leis trabalhistas como uma das medidas para o fortalecimento da economia de um país. Esta política de governo gera uma economia extremamente desigual onde somente os gigantes comerciais conseguem se manter no mercado, deixando muitos países para trás neste processo. As indústrias dos países em desenvolvimento competem com as grandes indústrias de países já desenvolvidos e assim não conseguem manter preços e custo de produção no mercado internacional.

O que está em causa é a busca de maior e crescente produtividade, competitividade e lucratividade, tendo em conta mercados nacionais, regionais e mundiais. Daí a impressão de que o mundo se transforma no território de uma vasta e complexa fábrica global e, ao mesmo tempo, em shopping Center global e disneylândia global. (IANNI, 1998, p.28).

A disseminação de Estado mínimo no Brasil surge com a ditadura militar que foi o terreno fértil da ideologia neoliberal, já o neoliberalismo introduzido a partir de 1990, se deu através da adesão dos postulados neoliberais consolidados no Consenso de Washington com o governo Collor, que permitiu a adoção de diversas medidas para o país no mercado global, houve privatizações de estatais e certa liberalização econômica.

## **5. NEOLIBERALISMO NO BRASIL**

O início dos anos de 1990, o Brasil passou por um processo de mudanças profundas com abertura política e por crise econômica, em parte causada pelo esgotamento do modelo de substituição de importações (MSI)<sup>5</sup>, e das transformações estruturais que passava o modo de produção capitalista mundialmente, além da hegemonia do neoliberalismo na Europa e o fim do socialismo real. Esses fatores contribuíram para criação de inovações nas políticas econômicas que se dariam adiante.

Após trinta anos sem eleições diretas chega ao poder Fernando Collor de Mello, um governo que marcou o início de uma ruptura na trajetória brasileira do modelo de crescimento com acentuada participação do Estado e proteção tarifária. Segundo Gennari (2002), a eleição de Collor representou a volta do ideário político de 1964, visto que representava os interesses da classe civil e militar que foram as responsáveis pelo golpe militar em 1964. Os governos militares além de terem sido governos antidemocráticos se basearam em uma política macroeconômica ortodoxa com implementações de reformas estruturais, por isso “Durante a ditadura, os dirigentes da economia eram todos “liberais” entre aspas porque o liberal brasileiro tem sempre por trás de si um rancoroso autoritário.” (OLIVEIRA, 2003, p.24)

Collor tratou de executar política econômica e política externa baseadas nos postulados do Consenso de Washington, política de privatizações e liberalização econômica para fluxos de mercadorias e fluxos de capitais. A política externa dos anos de 1990, teve na abertura da economia um de seus processos mais radicais e dinâmicos se for comparado ao período de pós-guerra até os anos de 1980. A política industrial ficou subordinada a principal questão: o combate à inflação.

---

<sup>5</sup> O modelo de substituição de importações – foi a forma de os países retardatários promoverem a sua industrialização. A lógica do modelo se aplica quando ocorre uma restrição na BP, o governo utiliza de mecanismos cambiais ou tarifários para promover o processo de substituição de importações por produção local.

As políticas de intensificação do governo Collor para abertura econômica e privatizações ficou conhecida como a PICE (Política industrial e de comércio exterior), lançada como analogia a uma “pinça” que tinha em um lado o incentivo a competição e no outro lado o incentivo a competitividade; na prática acabou tendo mais força o lado da competição, com isso acabou fomentando os processos de privatização dada a sua competitividade em âmbito interno e externo.

Seu governo foi dividido em dois planos: O plano Collor I e o Plano Collor II; o primeiro plano teve como consequência a introdução novamente do cruzeiro como a moeda nacional, além de um congelamento de preços (de bens e serviços), este plano promoveu um aumento de arrecadação devido à criação de novos impostos como o IPI (imposto sobre produto industrializado e o IOF (imposto sobre obrigações financeiras) entre outros). O Plano Collor II visava o controle da inflação com redução de gastos da administração pública e o fim da indexação da economia, apontada como causa da retomada da inflação.

“Os dois planos realizados no governo Collor, tal como os da década anterior fracassaram no sentido de alcançar estabilidade duradoura de preços. O plano Collor I, possuía um grave erro de concepção, enquanto o Collor II foi pouco representativo, tendo sido atropelado pelos próprios acontecimentos políticos. A estabilização veio somente através do Plano Real...” (GIAMBIAGI, 2004, p. 162)

O dialogo existente no Brasil é de que não existiria um outro caminho frente o pensamento econômico liberal, além de ser a ideia predominante no mundo, era capaz de modernizar o país, inseri-lo no mercado global, assim permitindo o desenvolvimento; ou seja, essa proposta nos manteria inseridos na nova ordem mundial e não nos deixando de fora da “história”.

“Na realidade, a retomada de desenvolvimento num país das dimensões e da complexidade do Brasil – onde coexistem um país agrário, um país industrial e um país já bastante informatizado – é tarefa bem mais sofisticada do que sugere o simplismo da receita neoliberal, particularmente no quadro de profundas transformações tecnológicas e de rearranjo das relações internacionais de poder porque passa o mundo”. (BATISTA JR, 1994, p. 30)

Políticas de desenvolvimento necessitam de um projeto nacional para definir o que será produzido a médio e longo prazo, com capitais estrangeiros ou próprios, além de certo conhecimento das necessidades do país para que as políticas sejam eficientes.

Com a chegada de Fernando Henrique Cardoso a presidência, se intensificou os processos de privatizações e liberalização da economia, as privatizações tiveram ênfase nos setores de energia e telecomunicações. A política de setor externo passou a ser o principal elemento de política deste governo, o que tornou a política governamental vulnerável ao capital financeiro internacional.

Neste período o país passou a ter um volumoso montante de capital estrangeiro, vindo principalmente das vendas de empresas públicas e privadas nacionais, de acordo com Tavares (2000), “na década de 90 a liberalização comercial e financeira produziu um aumento brutal dos passivos externos do país, que dobraram nos últimos cinco anos, alcançando cerca de US\$ 450 bilhões. ”

O primeiro governo FHC pode ser descrito por uma crescente dependência de capital externo, política cambial fixa e desequilíbrio fiscal; o segundo governo é bastante divergente do anterior, pois a política cambial é alterada para câmbio flutuante, ocorre um forte ajuste fiscal na tentativa de redução do déficit em conta corrente, mas ambos os governos mantiveram o combate à inflação e a expansão dos gastos públicos.

Essas políticas praticadas pelo governo são características da agenda neoliberal, que acarretou na drástica mudança da abertura comercial em relação à redução nas tarifas nominais, conforme tabela abaixo:

**Tabela 3**  
**Evolução da Tarifa Nominal (em %)**

Setor	1985/88	1989/93	1994/97
Transf. de Prod. Min. Não-Metálicos	87,7	18,97	7,18
Metalúrgica	65,15	21,33	12,14
Mecânica	58,88	31,59	16,76
Material Elétrico e de Comunicações	91,73	34,69	18,31
Material de Transporte	105,53	40,65	24,69
Papel e Papelão	75,80	17,34	10,48
Borracha	95,58	37,12	12,63
Química	32,48	16,70	6,63
Produtos Farmacêuticos e Veterinários	43,28	22,92	8,58
Perfumaria, Sabões e Velas	158,83	44,40	8,58
Produtos de Materiais Plásticos	142,93	34,79	16,38
Têxtil	142,03	39,54	15,18
Vestuário, Calçados e Artif. De Tecidos	166,55	45,31	19,55
Alimentícia	77,5	23,51	12,53
Bebidas	159,5	54,66	13,93

Fumo	176,1	60,55	10,16
Média	104,97	34,00	13,37

---

Fontes: Pinheiro e Almeida (1994), Kume (1996), 1997 - dados preliminares baseados na tarifa comum do Mercosul. Apud Rossi Jr e Ferreira, P. C. (1999)

A redução na tarifa média de proteção do Brasil passou de 105% em 1985, para 13,4% em 1997, o que nos mostra a mudança estrutural que passou o país tendo os seus setores industriais dissipados pela concorrência com oligopólios internacionais devido às fusões e aquisições. O processo de abertura econômica foi mais intenso nesse governo, o que acarretou a muitas empresas que não conseguiram se adaptar às novas regras de mercado, levando-as à falência ou a vender seu patrimônio. Muitas multinacionais compraram essas empresas nacionais ou associaram-se a elas. Em apenas uma década as multinacionais mais que dobraram sua participação na economia brasileira.

A abertura econômica brasileira ganhou espaço a partir de 1990 com o esgotamento do modelo de substituição de importação e a desregulação dos mercados internacionais, acabaram por influenciar a redução nas tarifas de importações e a extinção de barreiras não tarifárias; com aumento das importações contribuiu para os déficits na balança comercial, ou seja, toda essa cartilha liberal levou o país a uma desnacionalização da economia, um saldo negativo na balança de pagamentos que por fim gerou uma maior vulnerabilidade ao capital financeiro externo.

### **Considerações finais**

Na década de 90 as políticas econômicas e externas do Brasil foram marcadas pela introdução de políticas neoliberais inseridas na retórica de que o mercado é o organizador mais eficiente das sociedades, estas novas medidas configuravam uma nova forma de acumulação, ou seja, uma nova estratégia de desenvolvimento capitalista. Percebe-se que estas mudanças ocorreram através das implementações de políticas formuladas no Consenso de Washington pelos governos de Fernando Collor de Mello e Fernando Henrique Cardoso.

De acordo com a cartilha neoliberal do Consenso de Washington fica claro perceber que os governos brasileiros conseguiram seguir a risca seus postulados, no que diz respeito ao governo Collor às privatizações e abertura comercial foram os principais

pontos, mas não se pode deixar de observar a tentativa de redução dos gastos do governo, o aumento constante e significativo do investimento estrangeiro direto, que fez o país se tornar dependente deste capital. O governo FHC deu continuidade às políticas iniciadas no governo anterior, aumentando as privatizações, a liberalização comercial e financeira, e algumas reformas de estado como previdenciária e trabalhista na tentativa de reduzir o setor público. A globalização potencializou todo esse processo, abrindo as portas para uma subordinação ao capital estrangeiro.

Assim, as consequências imediatas desse processo no Brasil são: 1) a redução do setor produtivo estatal por conta das privatizações; 2) aumento do déficit público; 3) dependência dos investimentos diretos estrangeiros (IDE); 4) aumento do desemprego; 5) aumento das desigualdades sociais e regionais oriundas da concentração de renda e propriedade; 6) diminuição de gastos sociais em áreas essenciais para a população como saúde e educação.

Enfim, as reformas neoliberais configuraram um novo padrão de acumulação e a abertura econômica possibilitou uma subordinação da economia brasileira ao capital financeiro internacional, por isso o Brasil sempre ocupa baixas posições no índice de desenvolvimento humano (IDH), como um país com alta concentração de renda, alto endividamento externo, altas taxas de desemprego, precarização da saúde e educação mesmo tendo um dos melhores modelos do mundo em saúde pública o SUS. Este é exatamente os resultados da estratégia neoliberal para o Brasil.

## Referências

ANDERSON, Perry. **Pós-neoliberalismo:** As políticas sociais e o Estado democrático. Capítulo 1 - Balanço do Neoliberalismo. São Paulo: Paz e terra S/A, 2003.

BATISTA, Jr. **O Consenso de Washington:** A visão neoliberal dos problemas latino-americanos. São Paulo. Setembro de 1998.

CHESNAIS, François. **Economia e sociedade:** A globalização e o curso do capitalismo de fim-de-século. Campinas. Dezembro de 1995. p. 1-30

FILGUEIRAS, L.A.M. **Além do Cotidiano**, Rio de Janeiro: Record, 1985.

GENNARI, Adilson. **Pesquisa & Debate:** Globalização, Neoliberalismo e abertura econômica no Brasil nos anos 90. São Paulo, 2001. Volume 13. p. 30-45

GIAMBIAGI, Fábio... [et al.]. **Economia Brasileira Contemporânea (1946-2004):** Privatização, abertura e desindexação: a primeira metade dos anos 90. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005. 10ª reimpressão. p.141-163.

IANNI, Octavio. **Globalização e neoliberalismo.** São Paulo em perspectiva, 12(2). 1998.

OLIVEIRA, Francisco. **Pós-neoliberalismo:** As políticas sociais e o Estado democrático. Neoliberalismo à brasileira. São Paulo: Paz e terra S/A, 2003.

TAVARES, M. C. “Desnacionalização e vulnerabilidade externa”, **Folha de São Paulo**, Lições Contemporâneas, 03.dez.2000.